

APRESENTAÇÃO

O volume 68 da Revista de Direito vem a lume em fase de intenso trabalho e realizações da Procuradoria Geral do Estado.

Encerro, com este volume, um período de 8 (oito) anos dirigindo a Casa, tendo manifestado, quando foi publicada a Revista nº 62, em 2007, “o firme propósito de dar continuidade à publicação da Revista, estimulando a produção intelectual dos Procuradores”. Agradeço, neste passo, ao Leonardo Mattietto, que, no cargo de Procurador-Chefe do Centro de Estudos Jurídicos durante todos esses anos, conseguiu, com brilho, entregar os volumes ao público.

Tivemos expressivos ganhos ao longo do tempo. Entre eles posso destacar a nova sede central da instituição e a aquisição de sedes para todas as Procuradorias Regionais. Começamos com as sedes de Cabo Frio e Nova Iguaçu, passamos para Volta Redonda, Itaperuna, Campos, Nova Friburgo, Barra do Piraí, Petrópolis. Reformamos e entregamos Angra dos Reis. Estamos já na posse dos imóveis em que serão feitas obras de adequação para as Regionais de Caxias e Niterói. Desapropriamos e vamos tomar posse do imóvel para instalar a de Macaé, e vamos instalar a nova Regional de São Gonçalo. Acabamos de desapropriar e tomar posse em mais um andar para a ampliação de Nova Iguaçu. A Procuradoria da Capital Federal funciona em sede própria e bem instalada desde 2010.

Portanto, cumprimos o nosso compromisso de dar àqueles que trabalham na Casa locais de trabalho adequados e bem equipados.

No correr desses anos foram feitos três concursos para Procuradores do Estado e, assim, entraram na instituição 81 (oitenta e um) novos Procuradores. Fizemos o concurso para o Quadro de Apoio, antiga reivindicação atendida, profissionalizando nossos servidores que foram submetidos a duro concurso público.

Foi criada a Câmara de Resolução de Litígios de Saúde, embrião para, quem sabe, chegarmos, um dia, à solução administrativa de determinados conflitos. Assim, não só colaboramos para desafogar o Poder Judiciário, mas especialmente atendemos aos reclamos de uma população que necessita de apoio do Estado na área de saúde.

Também foi criado, nesses anos, o Programa de Residência Jurídica, já amplamente replicado em outros Estados e que ajuda enormemente na formação do advogado público.

Ampliando a política de ações afirmativas, da qual a Procuradoria é orgulhosamente pioneira em todo o Brasil, foi lançado, no ano de 2014, o Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado – PAIS-PGE. Trata-se de um curso de capacitação e formação jurídica para bacharéis em Direito que, além de pertencerem aos grupos sociais destinatários das cotas legalmente instituídas no Estado do Rio

de Janeiro, tenham renda mensal familiar não superior a quatro salários mínimos. Para a construção de um país melhor, mais digno e mais inclusivo, demos um passo e uma contribuição que certamente fará história.

Nesse panorama de grande efervescência cultural, a Biblioteca Marcos Juruena Villela Souto foi enriquecida com o maior volume de aquisições desde que foi criada, em 1949. Além disso, no final do ano de 2013, a Procuradoria comprou a biblioteca que pertenceu ao jurista e acadêmico Raymundo Faoro, falecido Procurador do Estado e membro da Academia Brasileira de Letras, que também ocupou a presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O conjunto é composto por 9.280 volumes, e já está à disposição de todos.

A Procuradoria tem realizado eventos importantes para o aperfeiçoamento profissional e acadêmico não só dos Procuradores do Estado, mas também dos quadros da Casa em geral, além do público externo, que tem marcado forte presença em nossos congressos e seminários, muitos dos quais de âmbito nacional e até internacional. O Auditório Machado Guimarães sediou, por exemplo, a XVII Conferência Anual da Associação Latino-Americana e Ibérica de Direito e Economia, que recebeu mais de duzentos participantes de diversas partes do Brasil e do exterior. Dentre outros nomes ilustres, houve conferências dos professores Bruce Ackerman e Susan Rose-Ackerman, da Universidade de Yale, e Robert Cooter, da Universidade de Berkeley.

Foram realizados também os seminários “Controle judicial de políticas públicas: desafio à disciplina processual”, “O Direito nas políticas públicas: desafios jurídicos para o desenvolvimento”, “Resolução consensual de conflitos envolvendo entes públicos”, “Lei de Responsabilidade Fiscal: implicações legais e aplicação na execução orçamentária e financeira no último exercício de mandato” (realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Casa Civil e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão), “Diálogos entre direito e economia: o caso dos planos econômicos”, “Titularidade dos serviços públicos, instituição de regiões metropolitanas e competência para saneamento básico” e, no campo do processo civil, “A modificação da demanda e os desafios ao processo justo”. Houve, ainda, seminários sistematizando o conhecimento teórico e científico que tem alicerçado a vitoriosa atuação da Procuradoria na defesa judicial dos interesses do Estado do Rio de Janeiro na questão dos *royalties* do petróleo (sobre o tema houve, inclusive, palestra do Professor José Casalta Nabais, Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

Na área do Direito Administrativo, a Procuradoria sediou o 9º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública, congregando juristas de renome (com a honrosa participação dos Ministros Luis Roberto Barroso e Carlos Ayres Britto, do STF, e Benjamin Zymler, do TCU), e promoveu os seminários “Os 21 anos da Lei de Licitações” e “Por um Direito Administrativo de Vanguarda”.

Destaca-se também a realização do VI Congresso de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro, que teve como eixo temático central “Administração Pública e risco: a gestão da incerteza na execução das atividades estatais”. O Congresso contou com palestras de numerosos administrativistas, vários dos quais Procuradores do Estado. A conferência de abertura foi feita pelo professor Juan Carlos Cassagne, da

Universidade de Buenos Aires, emérito publicista de renome mundial, e a de encerramento coube ao professor e Procurador Diogo de Figueiredo Moreira Neto.

O êxito de nosso Programa de Residência Jurídica (cujo 6º Exame de Seleção ocorreu neste ano de 2014) refletiu-se em uma iniciativa inédita, e que certamente terá continuidade: a realização de um evento de maior porte – palestra, seminário ou conferência –, como parte integrante do conteúdo programático do curso frequentado pelos residentes, para marcar o início de cada semestre letivo, à maneira de uma “Aula Magna” ou “Aula Inaugural”. Nesse contexto, o Procurador do Estado Luiz Eduardo Lessa, com vasta experiência na matéria, ministrou a palestra “Desapropriação: o poder do príncipe no Estado Democrático de Direito”. Também como aula magna, o Procurador Flávio Amaral Garcia palestrou sobre “Regime Diferenciado de Contratação: o futuro da licitação”.

Por sua relevância para a Advocacia Pública no Brasil, ocorreu no auditório da Procuradoria a Audiência Pública sobre a PEC nº 82, em tramitação no Congresso Nacional.

Paralelamente a estas realizações, seguimos abrindo a Procuradores e servidores diversas possibilidades de aprimoramento e qualificação profissional, para a constante melhoria do serviço, dentre as quais: o Curso de Formação de Pregoeiros (já em sua 3ª Turma); o Curso de Licitações na Área de Infraestrutura, em parceria com a Secretaria de Estado da Casa Civil; o Curso de Capacitação em Parcerias Público-Privadas e Concessões (especialmente dirigido aos Procuradores), os cursos sobre “A função gerencial do secretário” e “Excelência no atendimento ao público” (destinado aos servidores da Procuradoria), e duas turmas do Curso de Capacitação de Fiscais e Gestores de Contratos, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e a Auditoria Geral do Estado.

Agradeço, profundamente, a todos os procuradores e aos servidores da Procuradoria. Agradeço àqueles que já se aposentaram, mas com quem convivi, trabalhei e com quem aprendi o que significa ser Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Se não posso agradecer àqueles que já se foram, posso, pelo menos, dizer que me fazem falta. Desempenhei a minha função nestes oito anos pensando que não devia decepcioná-los e que era minha obrigação manter vivo o amor que todos eles dedicaram à Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, conscientes de que aqui estamos para defender a coisa pública. Nosso compromisso primeiro é com o Estado, é defender os direitos de sua população.

Agradeço, por fim, ao Governador Luiz Fernando de Souza Pezão, que sucedeu ao Governador Sergio Cabral e me honrou com o convite para permanecer no cargo de Procuradora-Geral. Eu o exerci com toda a dedicação de que fui capaz.

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES
Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro